CLIPPING IMPRESSO
VEÍCULO - JORNAL O GLOBO
DATA - DOMINGO, 26 DE JUNHO DE 2005

TCE faz auditoria nos gastos de 2004

Ex-secretário diz que fundo está servindo para cobrir déficit do tesouro estadual

• O conselheiro do Tribunal de Contas do Estado (TCE) Aloísio Gama criticou, em seu relatório sobre as contas de 2004 do governo, o fato de o dinheiro do Fundo Estadual de Combate à Pobreza (FECP) ser usado para pagar a servidores. Segundo Gama, "faz-se imperiosa a vedação da aplicação em pessoal que não seja o envolvido nos programas do fundo". E em 2004, de acordo com o relatório, de R$ 1,8 bilhão pagos pelo estado com verba do FECP, R$ 950 milhões foram para salários de servidores. Outros R$ 584 milhões pagaram consultorias e serviços de terceiros, num total de R$ 1,534 bilhão. Por isso, o TCE está fazendo auditoria nas contas do fundo.

O levantamento do orçamento do FECP para 2005, feito pelo gabinete do deputado Alessandro Molon (PT), mostra que, do total de R$ 1,2 bilhão, R$ 642,5 milhões serão gastos com o pagamento de servidores públicos: médicos, professores, funcionários da Fundação de Apoio à Escola Técnica (Faetec) e bombeiros. Estão previstos R$ 301,2 milhões para o pagamento de consultoria e serviços de terceiros (pessoa física e jurídica). Somando os dois itens, 70% do dinheiro vai ficar com quem está empregado pelo governo. Para o deputado, é impossível que todos eles estejam envolvidos em programas sociais descritos pela lei que criou o fundo:

— Ou o estado não tem recursos para pagar aos funcionários ou não tem projetos sociais.

Aumento nos impostos para dar dinheiro ao fundo vai até 2010

O fundo existe graças ao aumento de 1% no ICMS da maioria dos produtos (exceto os da cesta básica, material escolar, medicamentos específicos, gás e consumo de água, telefone fixo e luz de consumidores de baixa renda) e de 5% nas contas de luz e telefone. O aumento vai vigorar até 2010, sendo que em 2006 está prevista uma redução de 5% para 1% nas alíquotas das contas de luz e telefone.

Segundo o Secretário de Fazenda, Henrique Bellúcio, o fundo foi criado por determinação da Constituição para aumentar as receitas da área social. Mas, de acordo com ele, a legislação não diz que o dinheiro tem de ser usado em programas novos para combater a pobreza, podendo ser aplicado nos já existentes. O orçamento divulgado é o do que será gasto a partir deste mês. O que já foi gasto até maio será divulgado depois e, diz o secretário, pode mudar, no total do ano, o percentual destinado a pessoal.

Henrique lembrou que o estado saiu de um déficit orçamentário de R$ 2,1 bilhões em 2002 para dois superávits e que o governo federal está contingenciando recursos (tornando-os indisponíveis para gastos) do seu Fundo de Combate à Pobreza.

— Se fosse só para criar programas novos com o dinheiro do fundo, como seria depois de 2010, quando acaba a vigência da lei? Acaba o programa também? — perguntou Henrique.

Para Nelson Rocha, presidente do Conselho Regional de Contabilidade e secretário de Fazenda no governo Benedita da Silva, o fundo está servindo para cobrir um déficit do tesouro.

— Mesmo que todo o dinheiro do fundo fosse usado em programas sociais, seria uma péssima gestão gastar a maior parte com pessoal. O que está acontecendo é uma concentração de renda, não redistribuição — disse Rocha. ■